

# UNIVERSIDADES MOÇAMBICANAS E O FUTURO DE MOÇAMBIQUE

Lourenço Rosário

## INTRODUÇÃO

O início da década de 60 viveu vários acontecimentos que iriam marcar definitivamente a viragem do rescaldo das consequências do fim da Segunda Grande Guerra.

O sistema colonial implantado em África começou a sentir os primeiros abalos, pondo em alvoroço as potências europeias que tinham possessões em África, olhando, com algum pânico, o desmoronar do império que lhes dava acesso às inúmeras riquezas do continente africano. Por outro lado e simultaneamente, a década de 60 era também a fase da consolidação da consciência nacionalista que, de uma forma mais clara, contestava os processos de integração e assimilacionismo que apareceram como recurso dos sistemas coloniais que procuravam apressadamente encontrar, entre os povos das colónias, quem pudesse continuar o sistema sem a presença dos próprios colonos na administração. O início da década de 60 é, igualmente, o despontar dos grandes conflitos regionais, nomeadamente no Vietname, dos golpes militares na América Latina, o que fazia prever uma década de grandes mudanças que marcariam definitivamente o virar do século.

O regime colonial português era um parente pobre nesta movimentação planetária, por isso, não entendeu logo o movimento nacionalista numa perspectiva global, por isso, tentou encontrar a sua própria leitura, misturando a visão diabolizada das consequências da Guerra Fria e a percepção de que o seu sistema colonial era diferente, mais doce e aceitável perante os povos africanos, aportando na assimilação e assumpção da portugalidade ultramarina. É deste modo que o regime colonial português passou ao lado da grande visão de mudanças que a década de 60 prometia ao País.

Em 1961, pressionado pela chamada década de África, em que os países colonialistas com regimes democráticos, nomeadamente a França, o Reino Unido, a Bélgica, procuravam manobrar os nacionalistas africanos para enveredar pelos caminhos do neo-colonialismo, Salazar empurrava os nacionalistas das suas colónias para a única alternativa que lhes sobrava - a Luta Armada. Não se pode considerar pura coincidência o início da Luta Armada de Libertação das Colónias Portuguesas e o facto de o regime colonial ter estabelecido, em Luanda e em Lourenço Marques, as primeiras escolas de educação superior conhecidas por Estudos Gerais. Acompanhado dum processo de crescimento do ensino secundário, era suposto que a criação de Estudos Gerais visasse a constituição de uma elite negra que continuasse a administrar o sistema colonial em África. Contudo, não foi isto que aconteceu. O Ensino Superior criado em Angola e em Moçambique na década de 60 não absorveu a elite negra, de tal forma que, quando, uma década depois, colapsou o regime colonial, a elite negra não estava nas universidades de Angola e de Moçambique, estava sim, sobretudo, nas matas, combatendo o regime colonial ou exilado no estrangeiro.

## DESENVOLVIMENTO

Com esta introdução, pretende-se demonstrar que a construção do Ensino Superior em Moçambique é, sobretudo, obra estabelecida e construída a partir da chegada da luta nacionalista pela independência e cresceu com o próprio processo e vicissitudes que a independência trouxe.

No regime de partido único, estabelecido pela Frelimo em 1975, o papel da universidade estava claramente definido em função das opções ideológicas, políticas e estratégicas que o estado moçambicano popular adoptou.

A função da Universidade de Lourenço de Marques, transformada mais tarde em Universidade Eduardo Mondlane, era essencialmente a de produzir quadros que pudessem servir a Revolução Moçambicana, técnica, científica e ideologicamente preparados. Por isso, o corpo universitário, seus dirigentes, docentes, quadros técnico-administrativos e estudantes eram considerados quadros da revolução e, por isso, cabia também a cada um uma tarefa concreta nas grandes linhas do processo revolucionário. Esta universidade não podia, de forma nenhuma, ter ou pretender ter um papel que é neste momento entendido ser o papel das universidades, nomeadamente, a produção do pensamento, o sentido de autonomia, a defesa do direito à liberdade de

opinião e expressão, pois que esses valores podiam minar o sentido patriótico definido pela Revolução, desviando as atenções das pessoas para as questões consideradas burguesas. A título de exemplo, podemos enquadrar nesse desiderato o encerramento da Faculdade de Direito desta universidade, no início da década de 80, e o encerramento da Faculdade de Letras no final da década de 70 e sua substituição pela Faculdade Preparatória e de Educação.

A cooptação da UEM pelo regime do partido único revelou-se de uma utilidade fundamental para moldar a mentalidade do pensamento universitário dos moçambicanos, que, de uma certa forma, ainda hoje perdura. A abertura política é, naturalmente, um processo doloroso, porque confronta esquemas mentais estabelecidos e que de repente são postos em causa por posturas pretensamente exógenas, apesar de conhecidas, mas sempre consideradas distantes. A implantação do regime multipartidário, a partir da década de 90, não modificou grandemente a mentalidade unitária do pensamento sobre a universidade e a sua subordinação ao poder político.

Joaquim Chissano, vencedor das primeiras Eleições Multipartidárias, em Outubro de 1994, após dar posse ao seu governo democrático em Janeiro de 1995, viu-se confrontado com a questão do Ensino Superior que se perfilava como uma prioridade inadiável. Curiosamente, esta prioridade não constava nas prioridades listadas no Plano Quinquenal do Governo, que olhava mais para as questões económicas, como sendo a principal panaceia da saída do país da pobreza absoluta, para integrar o concerto das nações, depois de 16 anos de desestruturação, destruição e inanição, provocados pela guerra civil. Desde logo, o Chefe do Estado foi sendo questionado pelo imobilismo nas intenções de promover um debate abrangente sobre o Ensino Superior, incluindo a questão da expansão. De lembrar que as duas outras instituições públicas de ensino superior, entretanto surgidas, de iniciativa de entidades públicas, o Ministério da Educação e Cultura e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, nomeadamente o Instituto Superior Pedagógico e o Instituto Superior de Relações Internacionais, foram, durante muito tempo, tratados como parentes menores perante a Universidade Eduardo Mondlane, servindo como alternativa vocacional para os sectores que as criaram, embora a própria UEM, paralelamente, formasse quadros para as mesmas áreas (GdM 1998; GdM 2001).

Esse debate que se impunha alongou-se para a necessidade de se repensar a titularidade das instituições de ensino superior em Moçambique, visto que o estado reconhecia as suas fragilidades para responder cabalmente às vozes reivindicativas que marcavam já a conflitualidade sobre a questão premente do acesso ao Ensino

Superior. Acima de tudo, a questão da expansão do Ensino Superior, para o governo de Joaquim Chissano, era uma questão política, importava essencialmente responder às mudanças operadas em Moçambique, em que a opinião pública procurava fazer-se ouvir, como em todos os inícios de processos, com vozes de volume elevado. Como consequência disso, leituras diversas eram colocadas, marcadamente as de assimetrias regionais, a exclusão de partes de Moçambique que vinham a agravar conflitos latentes e reacender algumas vozes que justificavam a guerra civil como sendo de problemas fundamentalmente internos, excluindo a conjuntura de factores externos que alimentou o conflito. A aprovação da Lei 1/93, que estabelecia, pela primeira vez, um regime legal em que se abria espaço à entrada de operadores privados no estabelecimento de instituições de ensino superior em Moçambique e a criação da comissão conhecida por Comissão Comiche, em Fevereiro de 1995, que tinha como missão reflectir, estudar, conceber e propor ao governo uma política coerente sobre a expansão do ensino superior em Moçambique, constituem as duas principais alavancas que tentavam dar uma nova dinâmica à problemática do Ensino Superior no nosso País.

O peso da Universidade Eduardo Mondlane como universidade nacional sentiu-se grandemente quando se iniciou o debate sobre a problemática da expansão. Supostamente, vozes com alguma relevância na direcção do Partido e do Estado achavam que o problema da expansão podia resolver-se através da Universidade Eduardo Mondlane, abrindo esta várias delegações suas pelo território nacional afora. Note-se que era uma opinião de peso, que foi debatida durante várias sessões e só foi abandonada de uma forma evidente com a oposição intransigente do seu próprio Reitor de então, Prof. Doutor Narciso Matos, que em contrapartida defendia que o Estado devia criar duas outras universidades, uma no centro, outra no norte, com a mesma relevância.

Timidamente, esta proposta foi sendo seguida, através da criação, não de universidades, mas sim de Institutos Superiores Politécnicos, pelo então Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia. O relatório apresentado ao Chefe do Estado em 1997, na cidade de Chimoio, considerava, no fundamental, que a expansão não devia ser feita a qualquer preço. O Estado devia declarar a prioridade absoluta à problemática do Ensino Superior, inspirando-se nos exemplos da região e indo atrás daquilo que se considerava a criação de centros de excelência, de modo a não defraudar as expectativas do povo. Para isso, o Estado devia ter a consciência de que investir na educação é investir muito alto e que os seus frutos só aparecem após algumas gerações. Sendo estas as recomendações expurgadas do longo relatório Comiche, era natural que não

satisfizesse os objectivos da pressão que Joaquim Chissano recebia de todos os quadrantes do território nacional. É assim que o Estado começa a licenciar instituições de ensino superior privadas e a abertura de delegações do ensino superior público, numa forma acriteriosa, violando, inclusive, a própria Lei 1/93, que, no seu articulado, estabelecia critérios claros para, numa primeira fase, autorização para criação e, numa segunda etapa, critérios para autorização para entrada em funcionamento. Estão, neste contexto, a vista grossa sobre instalações, equipamento, bibliotecas, número mínimo de docentes a tempo inteiro e respectivos graus, bem como laboratórios.

O Estado permitiu inclusivamente que instituições vocacionais públicas alargassem o leque da sua actuação, de modo a intervir nas demais áreas de conhecimento e de formação. É um processo que durou de 1997 até 2010, 13 anos de expansão contínua e acriteriosa, que faz passar de 10.000 estudantes em 1997 para os actuais cerca de 120.000 estudantes e de 3 instituições de ensino superior públicas e 2 privadas para 44 instituições de ensino superior. Ao mesmo tempo, um debate novo se introduz sobre a questão da duração dos cursos, em que licenciaturas de 5 anos passaram para 4 anos e de 4 se pretendia que passassem para 3 anos, tudo em nome da celeridade na formação. Em nenhum momento se discutiu realmente a inserção da universidade moçambicana no contexto do pensamento universitário mundial, o processo foi sobretudo endógeno, preterindo-se, verdadeiramente, num debate genuinamente universitário.

Por isso é que todos os problemas que são apontados ao sistema de Ensino Superior em Moçambique resultam desta programada desordem de crescimento que não cuidou nem sequer em cumprir com o que estava estabelecido na própria lei do Ensino Superior, quer na sua versão 1/93, quer na versão 05/2003, ou na versão 27/2008 de 29 de Setembro, onde estavam plasmados todos os passos processuais para a autorização de criação e a autorização, de financiamento de instituições de ensino superior, da questão do acesso e obrigação do estabelecimento de regulamentos claros à luz da lei vigente (Andrés 2011).

A convicção de que no País, ao longo deste período em apreço, era mais fácil criar uma instituição de ensino superior do que um supermercado, trouxe uma sensação de mal estar entre os académicos, pois esta afirmação configura a perda do peso simbólico que o sistema de ensino superior tem dentro de uma sociedade ou de um estado.

Alguns conflitos de natureza eminentemente académica, que eclodiram sobretudo na Universidade Eduardo Mondlane, como por exemplo o que opôs o Reitor

Brazão Mazula aos quadros mais eminentes da Unidade de Filosofia e Ciências Sociais- UFICS, acabaram por não permanecer no debate académico, mas sim desembocaram no plano político e administrativo, bem como toda a problemática da reforma curricular, que tinha como epicentro a adopção ou não do modelo de Bolonha e da sua utilidade para o estágio actual do ensino superior em Moçambique. O seu debate também fugiu do plano académico, resvalando para argumentações de natureza política e de decisões administrativas, em que também na UEM se configurou uma estratégia de colocar no mercado de trabalho o maior número de graduados, sem cuidar dos parâmetros em que um graduado saído de uma universidade, neste momento, em Moçambique, deve corresponder. O enfoque sobre alguns dos episódios próprios da dinâmica do mundo académico, em que aparece a UEM como epicentro, demonstra que esta universidade tem estado a funcionar como a matriz do ensino superior em Moçambique. Quer isto dizer que aquilo que acontece na UEM afecta o sistema no seu todo, e as razões disso assentam exactamente na forma como esta universidade surgiu e as funções que desempenhou ao longo dos anos no contexto das instituições do estado moçambicano. Da mesma forma, este crescimento, que não teve em conta as próprias leis, ignorou igualmente os factores mínimos que eram previstos na lei, mas que são de senso comum, nomeadamente, infraestruturas, equipamento, corpo docente, bibliotecas, sistemas de comunicação e sistemas de transferência de conhecimento e de informação, de que resulta um reajustamento que permite um funcionamento tido como normal, dentro destas anormalidades todas. Estas questões foram abordadas na discussão da comissão Comiche e encontram-se no relatório que foi apresentado ao Chefe do Estado no seminário de Chimoio e que foram motivo de debate no efémero Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia- MESCT, que durou apenas um mandato, mas que suporta neste momento alguns argumentos sobre a qualidade do ensino em Moçambique.

O dilema está em considerar que os factores que concorrem para um ensino de qualidade no sistema do Ensino Superior em Moçambique são inexistentes ou de existência deficitária, ou concorda-se neste caso que o ensino superior em Moçambique carece da qualidade que merece ter, sendo que esta constatação é de carácter distributivo. Isto é, com uma variação muito pequena, todas as instituições de ensino superior em Moçambique sofrem do mesmo síndrome ou então consideram que, apesar da convergência dos factores negativos, há variáveis que permitem melhorar ou não o funcionamento de algumas instituições e uma das variáveis será certamente a organização interna e a cooperação internacional. São poucas as instituições de en-

sino superior em Moçambique que têm uma política sistematizada de internacionalização, decorrendo disso a existência de escolas superiores que se limitam a viver o seu dia-a-dia. A tutela despertou, após esse período de expansão rápida, promovendo trabalhos de elaboração e sistematização de regulamentos de natureza universitária e produção de instrumentos regulamentares que permitam a avaliação das instituições de ensino superior e a sua acreditação. Simultaneamente, a tutela adoptou também posturas regulamentares que permitem a circulação de docentes e discentes interna e internacionalmente.

São os sinais de que, após a desordem da expansão, se pretende perseguir, isto é, um funcionamento das Instituições de ensino superior mais próxima dos padrões internacionalmente aceitáveis. Contudo, o discurso recorrente que no dia-a-dia se ouve um pouco por todo o lado, de que o ensino superior em Moçambique não tem qualidade, não tem em conta que, apesar de tudo, em Moçambique existe uma cultura académica que permite observar que grande parte dos quadros que hoje servem em todos os sectores foi aqui formada. A falta de qualidade é um mito que vai buscar o seu fundamento no processo desregrado de expansão, contudo, tal como todos os mitos, tem uma quota parte de verdade que o sustenta e que tem a ver com um número considerável de instituições de ensino superior apenas se preocuparem com a sala de aula e pouco mais. A prazo, se todos os instrumentos reguladores funcionarem devidamente, muitas instituições terão dificuldade de sobrevivência, pois não terão condições objectivas para se ajustarem às exigências que vêm sendo alinhadas.

Nestas condições, o que se nos apresenta avaliar é que, na realidade, haverá um grande número da geração de estudantes que, nos últimos 15 anos, passou pelas instituições de ensino superior em Moçambique, que tenham frequentado instituições pouco adequadas. Assim, naturalmente que a posse de um diploma obtido em Moçambique possa transportar consigo o vírus da suspeição, sobretudo no confronto com os diplomados estrangeirados, que, naturalmente, alimentam também este outro mito de que lá fora é que é bom e melhor.

O surgimento do Conselho de Reitores de Moçambique - CRM foi um dos primeiros passos de auto-regulação da vida das instituições de ensino superior de Moçambique. Com uma agenda bem concreta, visando criar o espírito corporativo, o Conselho de Reitores debateu o deficit e a mobilidade excessiva dos docentes entre as diversas instituições, vulgo “turbo-professor”, debateu na sua agenda a questão da corrupção nas suas diversas e variadas vertentes e teve voz activa perante o Parlamento, quando se quis, como atrás foi referido, adoptar, sem debate, o processo de Bolonha

mal digerido. O Conselho de Reitores tem sido, nas instâncias oficiais, nomeadamente no Conselho Nacional do Ensino Superior e no Conselho do Ensino Superior, uma voz a ter em consideração, embora se reconheça que o espírito de boa vizinhança não permite atacar de uma forma mais profunda e frontal algumas questões evidentes que mereceriam ser abordadas nesse fórum.

Tem sido também voz corrente que as instituições de ensino superior estão a passar ao lado do processo de desenvolvimento de Moçambique e que, no momento actual, em que surgem grandes desafios, quer na área da indústria, quer na da mineração, dos transportes, dos serviços diversos, do comércio, as instituições de ensino superior não têm sabido adaptar-se a esses mesmos desafios, caminhando lado a lado com os interesses que se colocam para o próprio país. Porém, apesar de termos a clara noção de que é na área técnica que se deve centrar a produção de quadros para as necessidades do País, é sabido que essa situação não se limita ao caso moçambicano. A UNESCO, em trabalho aprofundado de avaliação vocacional dos africanos apresentado na Conferência de Dakar, em 2000, concluiu que os cidadãos africanos, em cerca de 60%, preferem as Ciências Sociais e Humanas (UNESCO 1998; UNESCO 2009). Por isso, importa salientar que os males que enfermam o desfasamento entre aquilo de que o país necessita e aquilo que as instituições de ensino superior formam e colocam no mercado devem ser equacionadas como uma situação de mentalidade.

Por um lado, no que toca a instituições públicas, o Estado não tem a noção ou então ainda não vislumbrou que a educação superior é cara e que é necessário investir, sobretudo para se mudar a tendência e responder às necessidades de desenvolvimento que ora despontam. As universidades públicas lutam, neste momento, com a escassez de orçamento, atroz para o seu próprio funcionamento, para não falar em infraestruturas, equipamento e bibliotecas adequadas. No que toca o sector privado, não há muita experiência de gestão universitária, nem os seus criadores tiveram alguma experiência de gestão privada de instituições de ensino superior, aliando a necessidade de sobrevivência empresarial ao investimento no conhecimento através de programas verdadeiramente universitários. Numa primeira análise, verifica-se que grande parte das instituições privadas de ensino superior debatem-se com o problema de ingressos para poderem sobreviver financeiramente, o que significa a derrogação para prazos dilatados daquilo que é obrigatório fazer, nomeadamente formação do corpo docente, programas de extensão universitária, carreiras de investigação, laboratórios, bibliotecas e infraestruturas próprias e adequadas. A maioria tem vindo a funcionar em instalações alugadas, sem perspectivas sobre até quando poderão vir a modificar



tal situação. Não é por acaso que a tutela, nos últimos tempos, tem estado a acossar algumas instituições que, aproveitando-se do discurso de que o distrito é pólo de desenvolvimento, se apressaram a instalar-se nestes espaços da administração territorial, alugando instalações de escolas primárias para levar a efeito o seu trabalho (Ribeiro *et al.* 2008; Taimo 2010).

É dentro desta promiscuidade entre bons projectos públicos ou privados e um número considerável de mau trabalho que surge a avaliação do senso comum de que tudo está mal.

Portanto, a questão do ensino superior e das universidades em Moçambique não é meramente uma questão estrutural, é também uma questão de mentalidades. Se pegarmos as conclusões do Relatório Comiche, o paradigma que se pretendia era que a longo prazo a universidade moçambicana estivesse pelo menos a par das suas congéneres da África do Sul, do Botswana, da Namíbia e do Zimbabwe. Para isto, era preciso que o Estado, tratando-se de universidades públicas, investisse seriamente na formação do corpo docente no exterior e no país, e, seriamente, significa um número considerável e que viesse a servir no País, suprimindo as carências.

Temos de ter em conta que o Relatório Comiche é produzido entre 1995 a 1997, em que o país acabava de sair da Guerra e vivia os seus primeiros momentos de democracia multipartidária e, pela primeira vez, se fazia uma reflexão em que se confrontava o Estado com a necessidade de investir num sector prioritário – o ensino superior. A Comissão indicava metas, termos de comparação e custos, como atrás referi. O Governo assobiou para o lado e forçou a expansão, aparentemente sem ter em conta balizas académicas, impulsionado apenas por critérios políticos. As consequências não podiam ser outras senão estas que neste momento estamos a tentar ultrapassar. Felizmente, hoje as universidades já têm alguma voz interventiva no contexto moçambicano sobre diversos aspectos da vida nacional, apesar deste anátema da falta de qualidade. Assim, a questão de financiamento para melhorar esta tomada de consciência de que não estamos no melhor lugar deve ser reforçada. Não há financiamento, não há qualidade. Na falta de qualidade falta financiamento e a conjugação destes dois factores promove um país com cidadãos pouco atentos à própria realidade. É uma questão de soberania. Por outro lado, o sector privado do ensino superior não pode sobreviver num país pobre onde não haja quem pague. Se formos a verificar que o custo de um estudante no ensino público é três vezes maior do que o custo de um estudante no ensino privado, podemos concluir que, do ponto de vista do desenvolvimento estratégico do ensino superior, o sector privado vive descapitalizado e não pode verdadeiramente desenvolver actividades académicas de

produção de conhecimentos, formação sólida e programas de formação de professores e investigação científica.

O ensino público é estruturante, o carácter supletivo do sector privado deve funcionar como optimizador do sistema. Ora, se o sistema em si não demonstrar vitalidade e saúde financeira, pouco se pode esperar ou exigir dele.

## CONCLUSÃO

Analisando o percurso das estratégias que desde 1995 foram sendo adoptadas para a evolução, expansão e consolidação do ensino superior, podemos concluir o seguinte:

- Em primeiro lugar, as reflexões, conclusões e recomendações da Comissão Comiche não foram devidamente tomadas em conta pelas políticas adoptadas subsequentemente. Assim, à recomendação para que se criasse uma tutela unificada para o ensino superior ciência e tecnologia que pudesse operacionalizar estas mesmas recomendações, Joaquim Chissano, no seu segundo mandato, criou efectivamente um Ministério do Ensino Superior Ciência e Tecnologia – MESCT. Contudo, o plano estratégico deste ministério secundarizou completamente, para não dizer que ignorou, as referidas recomendações. Embora este ministério tenha introduzido uma rede de Institutos Superiores Politécnicos em alternativa à expansão ou criação de universidades alternativas à Universidade Eduardo Mondlane, no Centro e no Norte, verificou-se que essa estratégia não era acompanhada de uma política de desenvolvimento de condições adequadas para este subsistema de ensino superior. Por outro lado, a questão do financiamento e da política de formação do corpo docente ficou derrogada. No que toca a Ciência e a tecnologia, essa matéria foi tratada como sendo um capítulo à parte, sendo que as universidades apareciam como parceiras das entidades dedicadas à investigação científica dos diversos sectores da administração pública. Por outro lado, o sistema privado que apareceu em 1995 debatia-se ainda com uma presunção oriunda da mentalidade de que do privado nada de bom podia aparecer para a sociedade, pelo que as primeiras instituições privadas de ensino superior não mereceram atenção adequada por parte deste organismo do estado, o MESCT, mesmo quando se tratasse de programas de incentivo, que, à partida, são a título devolutivo.

- Em segundo lugar, com o primeiro mandato de Armando Guebuza, porque efectivamente o MESCT não soube cumprir cabalmente o propósito para o qual foi criado, este teve uma morte natural, regressando a tutela para o Ministério da Educação. Neste mandato ainda, o discurso político enfatizou a questão do desenvolvimento do distrito como pólo de desenvolvimento, virando as atenções para a descentralização e desconcentração do poder. A questão da expansão do ensino superior foi, com toda naturalidade, atingida por esta nova postura discursiva. Deste modo, vamos assistir a uma aceleração no processo da expansão do ensino superior, através da rede pública, com a criação de mais institutos superiores politécnicos e de 2 universidades: a Unizambeze e a Unilúrio, bem como através da Universidade Pedagógica, o abandono do seu carácter vocacional para o de universidade generalista. Por outro lado, as autoridades, como se disse atrás, tornaram-se completamente permissivas para o licenciamento de novas instituições privadas de ensino superior, que muitas vezes foram encorajadas a instalarem-se também nos distritos. Para além disso, verificamos que a UEM, que é a matriz das instituições de ensino superior em Moçambique, quis forçar a formação acelerada de quadros através da redução do tempo de permanência dos estudantes no ensino superior, tentando impor, sem discussões prévias, o modelo de Bolonha, mal assimilado.

Em última análise, podemos afirmar que as estratégias seguidas relativas à expansão do ensino superior em Moçambique e as medidas tomadas para a sua efectivação não tomaram em linha de conta a defesa dos padrões que, em princípio, deviam ser considerados como fundamentais para que a educação superior se mantenha nos parâmetros adequados. Neste momento não é possível estabelecer de uma forma objectiva qualquer avaliação comparativa com os centros universitários mais avançados da região e até internacionais.

Em Moçambique há um pouco de tudo: bons programas de formação graduada e pós-graduada, bons docentes universitários de renome internacional, bons centros para investigação e produção de conhecimento, mas também existem instituições que desmerecem completamente o epíteto de instituições de ensino superior, não se preocupam com o que se dá na sala de aula, nem se preocupam em ter equipamento condigno. Também não se preocupam senão com os números de graduados a quem conferem diploma. Perante este cenário, é natural que a balança penda para o que é mau, por isso surgem afirmações de que o ensino superior em Moçambique não tem qualidade. Por outro lado, os próprios

dirigentes da República são citados a lamentar frequentemente a insensibilidade das autoridades governamentais no que diz respeito à questão do financiamento e estas questões dificultam um dos segredos fundamentais do êxito e visibilidade das instituições de ensino superior, as parcerias internacionais. Se o ditado popular “*Diz-me com quem andas e eu dir-te-ei quem és*”, for aplicado a esta situação, veremos com certeza que muito poucas universidades e instituições de ensino superior moçambicanas possuem um programa sistematizado, coerente e dinâmico com instituições estrangeiras da região e internacionais.

Na era da globalização, quando verificamos que os grandes centros universitários procuram fundir-se, procuram federar-se ou procuram colaborar para se transformarem em centros de excelência nos seus programas, bom seria que neste movimento centrípeto dos centros universitários pudéssemos ser parte, atraindo e sendo atraídos por centros de excelência lá de fora.

O futuro de Moçambique não depende apenas do investimento estrangeiro, nem do recrutamento de mão-de-obra estrangeira qualificada para estar garantida a prosperidade da sua população. Efectivamente temos vindo a sentir cada vez mais certa ansiedade por parte dos governantes porque são pressionados pelo povo para que as riquezas que jazem um pouco por todo o território moçambicano possam contribuir para o real desenvolvimento do país e para que o povo moçambicano viva sem esperanças de poder usufruir dos seus próprios recursos. Mas este objectivo só será exequível se a universidade moçambicana conseguir vencer os grandes obstáculos que se lhe colocaram ao longo destes últimos 10 anos.

## REFERÊNCIAS

- Andrés, A., 2011. Financiamento estudantil no ensino superior. *Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa*. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5904> [Acedido May 15, 2012].
- GdM, 1998. Relatório sobre a Expansão do Ensino Superior em Moçambique.
- GdM, 2001. Relatório Nacional de Moçambique sobre Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação.
- Ribeiro, E.L., Neto, P.L. de O.C. & Oliveira, J.A. de, 2008. O papel da Gestão da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior - IES. *Quarto Congresso Brasileiro de Sistemas*. Disponível em: [http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/trabalhos\\_aprovados.asp](http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/trabalhos_aprovados.asp) [Acedido May 15, 2012].

- Taimo, J.U., 2010. *Ensino Superior em Moçambique: História, Política e Gestão - Pesquisa do Google*. PIRACICABA, SP: Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/aluno/down.php?cod=602> [Acedido May 15, 2012].
- UNESCO, 1998. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP - Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação - 1998 | Direito a Educação. *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html> [Acedido May 15, 2012].
- UNESCO, 2009. Conferência Mundial de Ensino Superior 2009. Disponível em: [https://www.google.com/search?hl=en&q=Relat%C3%B3rio%20sobre%20a%20Expans%C3%A3o%20do%20Ensino%20Superior%20em%20Mo%C3%A7ambique.&sa=N&tab=sw#hl=en&sclient=psy-ab&q=UNESCO+confer%C3%A7%C3%A3o+mundial+de+ensino+superior+2009&coq=UNESCO+confer%C3%A7%C3%A3o+mundial+de+ensino+superior+2009&aq=f&aqi=&aql=&gs\\_l=serp.3...71875.79833.0.80161.31.16.0.0.1.2368.2368.9-1.1.0...0.0.8WS31cYobLU&pbx=1&bav=on.2,or.r\\_gc.r\\_pw.r\\_qf.,cf.osb&fp=3a2cce62ea571d24&biw=1264&bih=537](https://www.google.com/search?hl=en&q=Relat%C3%B3rio%20sobre%20a%20Expans%C3%A3o%20do%20Ensino%20Superior%20em%20Mo%C3%A7ambique.&sa=N&tab=sw#hl=en&sclient=psy-ab&q=UNESCO+confer%C3%A7%C3%A3o+mundial+de+ensino+superior+2009&coq=UNESCO+confer%C3%A7%C3%A3o+mundial+de+ensino+superior+2009&aq=f&aqi=&aql=&gs_l=serp.3...71875.79833.0.80161.31.16.0.0.1.2368.2368.9-1.1.0...0.0.8WS31cYobLU&pbx=1&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.r_qf.,cf.osb&fp=3a2cce62ea571d24&biw=1264&bih=537) [Acedido May 15, 2012].